

Uma reforma rápida para os itens essenciais

por Getulio Bittencourt
de Nova York

Para o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a questão é saber se o povo quer o fim da inflação ou não. "Eu acho que quer", informou ele ontem, durante o seminário Brasil-94, organizado por este jornal e patrocinado pelo Banco do Brasil no Hotel Marriott Marquis, em Nova York.

Os políticos devem ser os primeiros a enfrentar essa questão, lembra o ministro, porque há eleições marcadas para o próximo ano, "e o povo não é bobo". Isso quer dizer que ele considera que uma reforma rápida e apenas de itens essenciais da Constituição precisa ser aprovada.

Fernando Henrique admitiu que o governo se beneficia parcialmente com a inflação elevada: "O governo se defende. Quem se defende mais são as empresas, principalmente as financeiras. Mas o povo é quem mais se prejudica. E eu não estou aqui para fazer o que é bom para o governo e sim para fazer o que é bom para o povo". Na esteira, lembrou as preocupações do presidente Itamar Franco com o bem-estar da população.

Ele sabe que não será fácil, e não parece desanimado. Exemplos de obstáculos emergiram no seminário de ontem. Seu secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, tentou defender o Congresso, lembrando que se culpa muito a Constituição de 1988 pelo descontrole das finanças federais. O problema é anterior, explicou, começou com o fim do financiamento externo devido à crise financeira internacional de 1982.

Mas Fritsch igualmente notaria que 80% da receita da União está consumida no custeio e nas transferências para estados e municípios. Na última fileira de um auditório superlotado com mais de 200 banqueiros, o senador Nelson Wedekin (PSDB-SC) remexeu-se inquieto, virou-se para o lado e notou no deputado Haroldo Saboya (PC do B) o mesmo desconforto. Saboya mostrou-se revoltado com tecnocratas em geral.

O EFEITO TANZI

Wedekin rebateu o argumento, dizendo que o único item que consome mais de 40% do orçamento da União é a provisão para pagamentos das dívidas interna e externa do País. Saboya acrescentou que as transferências da União para estados e municípios é que impediram uma explosão social em meio à maior recessão da História do Brasil. Fritsch diria depois a este jornal que cometeu uma ligeira imprecisão em seu discurso, porque queria referir-se ao conjunto de repasses e custeio.

André Lara Resende, o novo negociador-chefe da dívida externa, entronizou um tema que se tornaria popular no seminário, o efeito Tanzi — ou, mais precisamente, seu reverso. Nomeado por um economista do

Fundo Monetário Internacional (Victor Tanzi) que mostrou como os governos se beneficiam com a inflação, o tema voltaria também nas intervenções de Winston Fritsch e do ministro Fernando Henrique. Aqui houve quem decodificasse uma mensagem importante: não haverá congelamento.

A platéia em geral gostou. A equipe do governo falou mais profundamente do que em Washington, disse uma testemunha dos dois eventos, Roberto Castello Branco, diretor do Banco Arbi. "O Fernando Henrique tem sempre um efeito tranquilizador sobre a platéia externa", destacou Luiz Forbes, diretor do AIM Brazil. Os participantes se interessaram pelo destaque dado pelo ministro "à privatização e à reforma fiscal", disse Luiz Fraga, um diretor-gerente da Bear Stearns & Co.